



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 13/2023 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**Processo nº 0009070-71.2020.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO****CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

CONTRATADA: EDITORA FORUM LTDA CNPJ Nº: 41.769.803/0001-92

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211, Jardim Atlântico, Belo Horizonte/MG 31710-430 tel.: (31) 2121-4912 / (31) 98369-9928

email: claudia@editoraforum.com.br / alice@editoraforum.com.br / plataforma@editoraforum.com.br / relacionamento@editoraforum.com.br

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Renovação da assinatura da Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico.

§1. Do Fundamento Legal

A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo inexigível a licitação nos termos do seu art. 25, *caput*, ratificada em 13/06/2023, nos termos do seu art. 26, dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 10/05/2023.

§2º. Da Descrição do Objeto

1) **Módulo Fórum de Direito** - composto por 56 revistas científicas, sendo 28 periódicos e 28 títulos bônus, com mais de 3.000 volumes iniciais, que reúnem ampla doutrina de renomados autores nacionais e internacionais, jurisprudência selecionada e legislação das diversas áreas do Direito, além de conteúdos diversos, tais como entrevistas, tendências jurisprudencial e informativo com atualização diária. Engloba, ainda, além da RBDE, outras revistas de diversos ramos do direito tais como: Revista Brasileira de Direito Público, Revista Brasileira de Direito Processual, Revista Brasileira de Direito Civil, Revista Brasileira de Contratos Públicos, o que traz um incremento à base de dados de pesquisa com acesso a 28 revistas;

2) **Módulo Fórum de Livros** - 11ª série - composto por 10 séries, 104 novos títulos, com obras publicadas pela Editora Fórum nas diversas áreas do Direito. Tem como funcionalidades da plataforma: leitura simultânea, busca integrada, permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido e opção de conversão de trechos dos textos para o formato PDF, bem como atualização gratuita de novas edições publicadas pela Editora, caso algum título tenha nova edição em até um ano, a partir da aquisição;

3) **Fórum Del Rey de Livros** - composto por 7 séries, com acervo de mais de 245 títulos de renomados autores da área do Direito Privado e do Direito Público. As obras são publicadas com selo editorial Del Rey e possuem todas as funcionalidades da plataforma digital Fórum;

4) **Fórum Jacoby de Direito Público** - composto por 19 livros do Prof. Jorge Ulysses Jacoby, possui benefícios da plataforma digital Fórum, como leitura simultânea, busca integrada e permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido. Possibilita também a conversão de trechos dos textos para o formato PDF, bem como atualização gratuita de novas edições publicadas pela Editora, mantendo a edição anterior durante a vigência do contrato.

§3º. Da Comunicação Entre Contratante e Contratada

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informado previamente.

§4º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente carta-contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **com início em 28/07/2023 e término em 27/07/2024.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:

a.1) anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências;

a.2) comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

b) Proporcionar todas as facilidades e fornecer as informações e as orientações necessárias para que a Contratada possa desempenhar o objeto;

- c) Solicitar formalmente, a qualquer tempo, a substituição de membro da equipe técnica da Contratada, cuja atuação não esteja, comprovadamente, sendo compatível com os objetivos deste instrumento;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- b) Permitir o acesso à biblioteca digital 24h (vinte e quatro horas) por dia;
- c) Indicar um representante e os respectivos substitutos, para assegurar ao Contratante o bom desenvolvimento dos produtos contratados;
- d) Assegurar o cumprimento do objeto, supervisionando a qualidade dos produtos;
- e) Assumir inteira responsabilidade pelo seu pessoal, que não terá nenhum vínculo empregatício com o TRE/ES, bem como arcar com as despesas com transportes, estadas, alimentação e acomodações, quando e se for necessário deslocamentos de pessoal, bem como responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;
- f) Fornecer todas as obras durante a vigência do contrato, assumindo o compromisso de entrega das futuras e novas edições das obras pertencentes à assinatura a serem publicadas dentro da vigência do contrato;
- g) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, atendendo, de imediato, às reclamações, bem como fornecer informações aos usuários sempre que solicitadas;
- h) Levar, imediatamente, ao conhecimento da fiscalização qualquer fato que impeça ou dificulte a perfeita execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis;
- i) Proceder, quando notificada, à correção de imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução do objeto, desde que devidamente comprovadas, sem qualquer ônus para o Contratante;
- j) Substituir a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, qualquer membro da equipe técnica, cuja atuação não esteja, comprovadamente, compatível com os objetivos do contrato;
- k) Emitir as notas fiscais/faturas para pagamento;
- l) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Contratante e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- m) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
- m.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- n) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- o) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada o valor global e em parcela única, de **R\$ 182.812,00** (cento e oitenta e dois mil oitocentos e doze reais), mediante depósito bancário em conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo Contratante, desde que não haja fato impeditivo provocado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, sendo:

Item	Produto	Quant.	Valor Unitário
1	Biblioteca Digital Fórum de Direito;	01	R\$ 132.940,00
2	Biblioteca Digital Fórum de Livros;	01	R\$ 30.940,00
3	Biblioteca Digital Fórum Del Rey de Livros;	01	R\$ 7.341,00
4	Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público;	01	R\$ 11.591,00
VALOR TOTAL			R\$ 182.812,00

§1º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

§2º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§3º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§4º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$$I = i/365 \quad I = 0,06/365 \quad I = 0,0001643$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

§5º. Não haverá reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de recursos específicos, já previamente incluída no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2021. Aprovada, a despesa correrá a conta da seguinte classificação orçamentária: Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento deste Tribunal Regional Eleitoral:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Empenho n.º 2023NE000___ de ___/___/2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pela inexecução total ou parcial, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30 % (trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;

b) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de 0,5 % (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

§1º. Caracterizará a inexecução contratual, suscetível à punição conforme disposto na alínea “a”:

a) inexecução total do contrato: a recusa em iniciar a prestação do serviço após a assinatura do contrato;

b) inexecução parcial do contrato: o remanescente do contrato em caso de rescisão unilateral.

§2º. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§3º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§4º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§5º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§6º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

§1º. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

§2º. Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e Condições estabelecidas nesta Carta-contrato assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e 78, da Lei 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, sem prejuízo do disposto na Cláusula Sétima.

Parágrafo único. Em caso de rescisão antecipada da Carta-contrato por culpa da Contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, a Contratada deverá ressarcir ao Contratante o valor correspondente às prestações não cumpridas, com os valores devidamente atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Para dirimir questões advindas desta carta-contrato, fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes:

Pelo Contratante: **LEILA DE ALMEIDA GOMES**, CPF n.º ***.586.887-**

Pela Contratada: **MARIA AMÉLIA CORREA DE MELLO**, CPF N.º ***.832.136-**

Em 19 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA AMÉLIA CORREA DE MELLO**, Usuário Externo, em 19/06/2023, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE ALMEIDA GOMES**, Diretor(a) Substituto(a), em 19/06/2023, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0974527** e o código CRC **449080E5**.